

ARTIGAS URBANISTA: O ROMPIMENTO COM O MESTRE

Renata Monteiro Siqueira

Mestranda da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, na Área de Concentração "Projeto, Espaço e Cultura"

renata.siqueira@usp.br

O papel de Anhaia Mello na formação de Artigas

João Batista Vilanova Artigas (1915-1985) é um dos arquitetos mais reconhecidos de São Paulo. Nisso, além da qualidade intrínseca de seus projetos, teve um papel fundamental seu mestre na Escola Politécnica, EPUSP, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello (1891-1974). Embora a relação entre os dois profissionais seja ainda pouco estudada, ela foi decisiva na carreira do arquiteto. Em 1940, o docente convidou-o a tornar-se seu assistente na cadeira de Composição Geral e Urbanismo. Na ocasião, o catedrático afirmou que Artigas fora “um dos mais distintos alumnos de architectura da nossa Escola [Politécnica]” (Ofício de 28/02/1940). Essa oportunidade abriu-lhe diversas portas. Por um lado, ao tornar-se professor universitário, ganhou autonomia financeira para dedicar-se à sua carreira de arquiteto, desvinculando-se pouco tempo depois da sociedade com Duílio Marone, com quem ainda fazia projetos “ao gosto do cliente” (Gabriel, 2003, p.46). Por outro, permitiu que Anhaia Mello o convidasse a participar da fundação da nova Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAUUSP, no fim daquela década. Por causa disso, Artigas viajou entre 1946 e 1947 aos EUA, sob a justificativa de conhecer as escolas de arquitetura daquele país. Ao mesmo, tempo travou contato com a arquitetura moderna lá produzida, tanto por americanos como por europeus que haviam migrado entre os anos 1930 e 1940 em decorrência da ascensão nazi-fascista e da eclosão da 2ª Guerra Mundial, dentre os quais Frank Lloyd Wright, Richard Neutra ou Walter Gropius¹. O convite de Anhaia Mello para participar da fundação da FAUUSP proporcionou a Artigas um lugar institucional a

¹ Esses foram os arquitetos mencionados por Artigas em seu plano de estudos para a Fundação Guggenheim, que lhe concedeu uma bolsa para a realização da viagem (*apud* Irigoyen, 2002, p.148).

partir do qual poderia defender o fortalecimento da arquitetura moderna em São Paulo. Isso foi determinante, inclusive, para que se tornasse um de seus mais importantes expoentes².

Artigas sempre se manteve reverente e respeitoso ao referir-se a Anhaia Mello. Contudo, ele não pode ser considerado um simples seguidor ou “discípulo” do catedrático. Analisando os trabalhos de urbanismo de Artigas, observamos um rompimento com as ideias do mestre, decorrente, principalmente, da influência da vertente da arquitetura moderna ligada a Le Corbusier. Embora Artigas tenha se declarado aliado com a vertente germânica, que fundou a Bauhaus, observa-se uma forte influência do arquiteto franco-suíço em suas posições sobre urbanismo, especialmente no que se refere à relação com o Estado. Explorando o significado do “plano” para ambos profissionais, esclarecemos importantes diferenças entre eles.

Antecedentes: o urbanismo no âmbito do Movimento Moderno em Arquitetura

A busca por soluções para a cidade industrial foi um tema privilegiado do Movimento Moderno em arquitetura. Uma das vertentes mais difundidas foi liderada por Le Corbusier, que traçou uma linhagem da renovação da arquitetura e do urbanismo que partia de Tony Garnier, autor de *La Cité Industrielle*, 1904, e passava por Auguste Perret, que renovara a estética das construções com a técnica do concreto armado. A esse percurso, o arquiteto acrescentou seu próprio estudo para “*une ville contemporaine de trois millions d’habitants*”, de 1922, em que desenvolveu temas como a célula de habitação, o loteamento racional e a separação funcional da cidade (Le Corbusier, 1977, p.40). Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, CIAM, criados em 1928, e especialmente o quarto congresso, de 1933, que resultou na elaboração da Carta de Atenas³ sistematizaram esse urbanismo moderno.

² Em um contexto de autonomização dos campos de arquitetura e urbanismo face à engenharia, Anhaia Mello, responsável pela criação da FAUUSP e seu primeiro diretor, tinha o projeto de criar uma faculdade moderna, nos dois campos disciplinares. Uma das provas foi o empenho em contratar arquitetos modernos para compor o seu corpo docente.

³ A versão da Carta de Atenas adotada neste artigo é de autoria de Le Corbusier, publicada originalmente em 1943.

La Cité Industrielle: Zoneamento, 1904 (Tony Garnier)



Fonte: PAWLOWSKI, 1993, p.62

Une Ville Contemporaine, 1922 (Le Corbusier)



Fonte: LE CORBUSIER, 2000, p.162

Nesses documentos encontram-se elementos-chave do urbanismo moderno, como a funcionalidade urbana, remetendo ao zoneamento funcional; o estatuto do solo e da propriedade; a relação entre arquitetura e Estado; o plano como instrumento de ordenamento urbano, inserido no contexto regional; e o arquiteto como profissional indicado para exercer o urbanismo funcional. Discorreremos, primeiramente, sobre dois deles, importantes para compreender o posicionamento dos arquitetos paulistas no debate sobre urbanismo a partir dos anos 1940.

O papel do Arquiteto

Le Corbusier foi dos primeiros a defender o urbanismo como atribuição dos arquitetos:

“O urbanista não se distingue do arquitecto. O primeiro organiza espaços arquitetônicos, fixa o lugar e o destino dos volumes de construção, liga todas as coisas no tempo e no espaço por uma rede de circulação. O outro, o arquitecto, ocupando-se, por exemplo, duma simples cozinha, também projecta volumes construtivos, cria espaços, decide a respeito de circulações. Na fase do acto criador, o arquitecto e o urbanista são um só” (Le Corbusier, 1977, p.13-4).

Na Carta de Atenas, consta que “a arquitetura preside os destinos da cidade”. Algumas conceituações do urbanismo formuladas por Le Corbusier aproximaram as duas profissões. Dentre elas, o trabalho na escala humana, a “célula habitacional” como ponto de partida e a definição de urbanismo como “ciência de três dimensões e não apenas duas”. Tanto arquitetura quanto urbanismo estavam submetidos aos três parâmetros do desenho definidos pelo arquiteto - volume, superfície, planta (Colquhoun, 2004, p.164). Sujeitos às mesmas regras, arquitetura e urbanismo foram encerrados em um mesmo campo.

“A arquitetura é responsável pelo bem-estar e pela beleza da cidade. É ela que se encarrega de sua criação ou de sua melhoria, é ela que está incumbida da escolha e da distribuição dos diferentes elementos cuja proporção feliz constituirá uma obra harmoniosa e duradoura. A arquitetura é a chave de tudo” (Carta de Atenas, item 92).

Observe-se que a justificativa do urbanismo como atribuição de arquitetos apoiava-se nos valores arquitetônicos definidos por Vitruvius: a “função” [*utilitas*], a

“durabilidade” [*firmitas*] e a “harmonia” [*venustas*]. Não apenas o profissional devia ser “completo”, como descrito em *De architectura*, mas também a obra devia ser uma totalidade.

Tal concepção de urbanismo inseria-se na perspectiva do ordenamento urbano, a partir do projeto e do desenho, instrumento de trabalho do arquiteto. Le Corbusier afirmava: "Entedio-me infinitamente em descrever (...) essa futura terra de delícias (...). Em contrapartida, como é apaixonante, antes de escrever, organizar esse mundo iminente na prancheta de desenho (...)" (Le Corbusier, 2000, p.182).

O ordenamento espacial era a resposta aos problemas sociais, chegando-se à defesa irrestrita da geometria como princípio racional de planejamento urbano: “A cidade atual está morrendo por não ser geométrica. Construir ao ar livre é substituir o terreno irregular, *insensato*, que é o *único existente hoje*, por um terreno *regular*. Fora disso *não há salvação*” (idem, p.164, grifos do autor). O resultado era o controle completo da vida social. O plano era o instrumento pelo qual os arquitetos iriam projetar suas cidades: “Nossa tarefa atual é *arrancá-las [as cidades] de sua desordem por meio de planos* nos quais será previsto o escalonamento dos empreendimentos ao longo do tempo.” (Carta de Atenas, item 23, grifo nosso).

O Estado como Cliente

Desde que, em 1927, seu projeto para o Palácio das Nações fora rejeitado em nome de uma proposta academicista e, principalmente, desde o 1º CIAM, em 1928, Le Corbusier liderou a vertente latina do movimento moderno em arquitetura (Barone, 2000, p.29). Essa vertente reivindicava melhores relações com os Estados em seus países, defendendo a adoção dos princípios da arquitetura moderna. Na Carta de Atenas, reiterou-se a importância de os órgãos administrativos contarem com o saber dos “técnicos qualificados” para o enfrentamento do “estado caótico” das cidades. Tratava-se de esclarecer as autoridades, frequentemente hostis aos princípios do urbanismo moderno, subsidiando sua ação. “Clarividência e energia podem vir a restaurar a situação comprometida” (Carta de Atenas, item 74).

Para Le Corbusier, o Estado era o patrocinador ideal de seus projetos, por ser supostamente neutro e voltado para a consecução do bem comum (Le Corbusier, 1993, s/n). Com uma proposição reformista, Le Corbusier defendia que “o Estatuto do Solo e um plano

que não deixe nada ao acaso são os instrumentos dos quais se deve valer o poder público para garantir a justiça social”⁴.

A viabilidade do “urbanismo cirúrgico” (Le Corbusier, 2000, p.245) dependia do convencimento das autoridades e Le Corbusier dedicou boa parte de sua vida a essa tarefa. Influenciados pela corrente hegemônica da arquitetura moderna no interior dos CIAM (Barone, 2000, p.30), profissionais brasileiros também passaram a reivindicar o Estado como o principal cliente do arquiteto, debatendo essa questão em todos os Congressos organizados pelo Instituto de Arquitetos Brasileiros, IAB, desde 1945.

Anhaia Mello e o plano regional de São Paulo

Anhaia Mello defendia a adesão ao urbanismo norte-americano em São Paulo, da organização de governo aos instrumentos e planos. Sua principal referência era o *Regional Plan of New York and its Environs*, de 1929. No intuito de conter o crescimento da metrópole, o urbanista apregoava o planejamento regional, a fundamentação do plano pela pesquisa, a abordagem multidisciplinar, a organização do espaço urbano a partir de unidades de vizinhança, o zoneamento, a distribuição equilibrada de indústrias e população no território e a contenção da expansão urbana (Feldman, 2005, p.27-28).

Desde os anos 1920, o zoneamento tornou-se objeto de consenso entre os mais distintos profissionais, embora seu significado variasse conforme as concepções de quem dele se apropriava. Anhaia Mello defendia o zoneamento compreensivo, instrumento ordenador da utilização do solo urbano no conjunto da cidade, tendo como ponto de partida que diferentes regras se aplicam a diferentes partes da cidade de forma sistemática. Além disso, o instrumento tinha o objetivo de proteger os valores imobiliários, controlando os processos econômicos ligados à utilização do solo (idem, p.111). Essa concepção do instrumento engendrava um modelo de “cidade polinucleada, rarefeita, com uma clara hierarquia organizacional e funcional, para a qual a unidade de vizinhança, a superquadra e a cidade jardim são as referências” (idem, p.117).

Na FAUUSP, nos anos 1950, Anhaia Mello trouxe duas importantes contribuições para o urbanismo paulista: um documento de 1954 em que sistematizava sua visão de

⁴ Sobre o reformismo do movimento moderno: “(...) os arquitetos, como uma grande parte da inteligência da esquerda, apostavam na evolução positiva do capitalismo europeu, num momento em que a catástrofe estava batendo à porta. (...) Redigida por Le Corbusier, a carta [de Atenas] (...) registrava um desencontro patético: o fim da linha da barbárie nazista começava afinal a revelar a verdadeira face da ordem capitalista, enquanto isso, a arquitetura pretendia reconduzir o capitalismo para o bom caminho, através da regulação que o traçado regulador da cidade deveria tornar visível” (Arantes, 2000, p.54).

planejamento urbano e a criação do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, CPEU, em 1957, ligado à Cadeira de Urbanismo. O CPEU desenvolveu planos para diversos municípios do interior do Estado, colocando em prática o urbanismo de Anhaia Mello⁵.

Uma análise de “O Plano Regional de São Paulo: uma contribuição da universidade para o estudo de um código de ocupação lícita do solo (1954)”

O documento iniciava-se com uma citação extraída de *“The Modern Democratic State”*, de A.D. Lindsay, defendendo que a sobrevivência da democracia dependia da aplicação da sabedoria, perícia e inteligência⁶ para o bem das pessoas comuns. A citação era pertinente, pois o que se seguia era a defesa de um saber específico – o urbanismo – cuja finalidade seria alcançar o “maior bem para o maior número”. No texto, Anhaia Mello colocou-se como o porta-voz do interesse público, constituindo um lugar de autoridade a partir do qual apresentava seu argumento.

Parte do documento era dedicada a apresentar uma proposta de reestruturação administrativa do planejamento nos diversos níveis de poder. Anhaia Mello defendia o urbanismo como disciplina técnica desvinculada ao máximo da política⁷. Inspirado no urbanismo norte-americano, propunha a constituição de uma Comissão do Plano da Cidade e de uma Comissão Técnica, que exercessem toda a autoridade municipal, executiva e legislativa (Feldman, 2005, p.58). A Comissão do Plano, composta por representantes da sociedade civil, tinha o papel de garantir a estabilidade do plano e a continuidade de sua orientação, enquanto à legislação cabia o papel de concretizá-lo⁸. A propaganda, por sua vez, criava um ambiente propício ao desenvolvimento do plano. Esses três elementos constituíam sua “árvore do urbanismo”.

O ponto central da Comissão do Plano da Cidade era sua autonomia com relação ao poder municipal. Nisso, Anhaia Mello parecia ignorar a atuação dos engenheiros na administração municipal, que até os anos 1930 eram tidos em alta consideração⁹ (idem, p.64). O autor dizia:

⁵ Sobre o CPEU cf. Siqueira, 2013.

⁶ Os termos empregados originalmente eram: *skill, knowledge, expertness, foresight e leadership*. A tradução para “sabedoria, perícia e inteligência” é de Anhaia Mello (1954, p.08).

⁷ Observar a semelhança com a perspectiva de Le Corbusier quanto ao caráter “neutro” do Estado e ao caráter “técnico” das disciplinas defendidas pelos profissionais.

⁸ Feldman (2005, p.69) demonstrou que na prática a Comissão era composta por representantes de setores específicos da sociedade, que atendiam aos seus próprios interesses.

⁹ Isso reforça a hipótese de que Anhaia Mello procurava romper com a tradição da Engenharia Politécnica.

“Urbanismo no sentido de “plano” é função “staff” muito característica (pesquisa, previsão, planejamento), e a Secretaria de *Obras é Serviços* é “linha”; nem se pode também conceber o “*todo*” subordinado à “parte”.

Organização certa é a criação de um “*Bureau de Planejamento*”, subordinado diretamente ao prefeito, uma espécie de super-secretaria, e também ligado diretamente à Comissão Orientadora do Plano do Município, “staff” para ambos” (Anhaia Mello, 1954, p.04, grifos do autor).

Um dos princípios fundamentais levantados pelo urbanista era a correção do processo de crescimento populacional, que se dava de forma acelerada e desequilibrada no território nacional, concentrando-se em São Paulo. Através do Plano Regional, pretendia-se conter o processo metropolitano. Anhaia Mello ressaltou o problema do "gigantismo" da capital paulista (Anhaia Mello, 1954, p.13), defendendo a proibição de que novas indústrias ali se instalassem e propondo sua distribuição em áreas de menor concentração demográfica. Para tanto, deviam ser melhoradas as condições das pequenas cidades, fundar novos núcleos de tipo cidade-jardim e “trading-estates”¹⁰, reduzindo a população de São Paulo (Anhaia Mello, 1954, p.23)¹¹.

Tratando das infraestruturas urbanas, o urbanista priorizou a questão energética e o sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto. Acreditamos que o eclipsamento do transporte, por exemplo, não fosse gratuito, visto que o autor procurava fortalecer a sua proposta em contraposição ao urbanismo de “abertura de avenidas”, praticado pelos engenheiros politécnicos.

O urbanista também propunha a criação de “cinturões verdes e lotes rurais” formando uma zona de abastecimento para a região metropolitana, enfatizando seu caráter de zona produtora (idem, p.17). O caráter agrícola do entorno da cidade garantia o papel de limitador do crescimento do cinturão verde, controlando a expansão horizontal da mancha urbana. O urbanismo “criador” de Anhaia Mello era a cidade polinucleada, limitada por “muralhas verdes”, distribuída no território como federação de pequenas cidades, ao invés de megalópoles (Anhaia Mello, 1954, p.26-27). O enfrentamento das cidades industriais tomadas por fábricas e cortiços se daria através da cidade-jardim, traduzida como “cinta verde para

¹⁰ Tal proposta baseava-se no estudo desenvolvido por uma comissão designada pelo parlamento inglês em 1937, de que participava Patrick Abercrombie.

¹¹ Observamos um alinhamento de Anhaia Mello com a "crítica anti-urbana" contestada por Singer nos anos 1970, ao defender que "problemática das áreas metropolitanas resulta de uma concentração espacial de atividades", e não de população (SINGER, 1985, p.130).

limitação da extensão da cidade e abastecimento de *fresh food*” (idem, p.38), da superquadra inspirada em Radburn e da unidade de vizinhança, “que permite a a rearticulação social e comunitária na urbes” (idem, ibidem). Anhaia Mello reforçava o caráter totalizante do plano: “todos os elementos da cidade democrática devem ser harmonizados, relacionados, *não valendo soluções parciais*” (idem, 1954, p.24, grifo do autor). O conceito de “comunidade” remetia à unidade planejada compreendendo o equipamento social, a moradia e o “recreio ativo e organizado” para o descanso do trabalhador.

A metrópole, segundo ele, concentrava grandes populações “que se cruzam, se encontram, se reúnem, mas não se conhecem”, que “não apenas se ignoram, mas se hostilizam abertamente”. Embora contestasse o zoneamento “por classe única” (idem, p.49), o sentido de comunidade, inspirado no exemplo norte-americano, pressupunha o apagamento das diferenças explicitadas nos conflitos vividos na metrópole, remetendo ao convívio entre iguais. Como se os problemas relacionados aos “*black-belts*” (idem, p.36) pudessem ser resolvidos com a dissolução da metrópole em cidades jardins. Como Le Corbusier, Anhaia Mello defendia a propriedade pública da terra contra a especulação imobiliária, propondo seu arrendamento por longos períodos.

Anhaia Mello não reunia arquitetura e urbanismo em um único campo, mas ressaltava a importância da união entre ambos, definindo a arquitetura como “ordenação e equipamento” e o urbanismo como “coordenação” e “síntese das especialidades”. Assim, embora apenas o urbanista pudesse coordenar os trabalhos, os arquitetos eram convocados a participar do planejamento enquanto especialistas na “ordenação e equipamento”:

E os extremos se tocam: a *Região e o Lar*.

Urbanismo Regional e arquitetura.

Microcosmo e Macrocosmo.

(Anhaia Mello, 1954, p.05, grifos do autor).

Para Anhaia Mello, as dimensões “macro” e “micro” deviam trabalhar em complementaridade: “Grandes planos regionais e pequeninos planos de vizinhança se completam, se integram”, argumento que baseava nos princípios da Carta de Atenas (idem, p.06).

A unidade regional era um todo harmônico e equilibrado que englobava os ambientes “primevo, rural, urbano e metropolitano”. A esses quatro “mundos” Anhaia Mello

associou as “quatro funções” da cidade moderna e os dois ritmos conforme Le Corbusier descreveu – o ritmo humano, de 4 km/h e o mecânico, de 100 km/h. O autor não explicou como fez essas relações, deixando-as soltas no texto: “quatro mundos e quatro funções”, “quatro mundos e dois ritmos”. Possivelmente, com isso visava convocar os arquitetos modernos para o urbanismo de que fazia a defesa. Ainda assim, o urbanista propunha também um meio “rurbano”, mostrando “o que perde o homem na superespecialização de função desses ambientes exclusivos”, relativizando o funcionalismo da Carta de Atenas. Portanto, convocava os arquitetos ao mesmo tempo em que se colocava acima deles, com sua arte integradora.

A participação de Artigas no planejamento municipal

Artigas defendia que os planos diretores “northeastem (...) [o] crescimento [das cidades] e satisfizessem as necessidades de sua população” e que o problema da habitação popular fosse resolvido “em pedra e cal, cimento e ferro, nas cidades e nos campos” (Artigas, 2004, p.62). O planejamento urbano e a habitação popular eram as principais pautas ligadas à Função Social da Arquitetura, difundidas pelo IAB em seus congressos desde 1945. O docente reivindicava espaço para uma atuação profissional efetiva e não apenas de “experimentação” (idem, p. 63). Esse espaço correspondia à realização de obras públicas.

Artigas atuou no processo de planejamento urbano em Londrina, entre 1948 e 1955 e em Jaú nos anos 1970, quando foi contratado para desenvolver obras no âmbito de um plano diretor¹². Na década de 1970, Artigas também exerceu a função de conselheiro, sem ocupar cargos na administração pública, em cidades como Santo André, Itaquaquecetuba (Gabriel, 2003, p.116). Em 1957, participou com uma equipe¹³ do concurso de Brasília. No campo da habitação popular, desenvolveu projetos para a Companhia Estadual de Casas Populares, CECAP, em diversos municípios, inaugurado com o conjunto habitacional de Guarulhos, em 1968, considerado paradigmático. Apresentamos a seguir as experiências de Londrina e Brasília, da década de 1950.

¹² Artigas lembrava de Hugo Cabral e Waldemar Bauab como “seus prefeitos” (Artigas, 1976 *apud* GABRIEL, 2003, p.116). Hugo Cabral e Waldemar Bauab foram, respectivamente, os prefeitos de Londrina e Jaú que o contrataram.

¹³ Carlos Cascaldi, Paulo de Camargo e Almeida e Mário Wagner Vieira da Cunha, além de outros colaboradores .

Londrina (1948-1955), um negócio em família

No fim dos anos 1940, foi criada a Sociedade Amigos de Londrina, SAL, constituída por membros da elite local (empresários, fazendeiros e profissionais liberais), que comandou a maior parte dos empreendimentos executados em Londrina até a década de 1960. Dela participou, entre outros, o engenheiro Rubens Cascaldi, irmão do sócio de Artigas, Carlos Cascaldi. Durante a administração de Hugo Cabral, Rubens ocupou o cargo de Diretor de Obras da prefeitura e, segundo seu irmão, foi quem abriu portas para que ele e Artigas desenvolvessem diversos trabalhos na cidade (*apud* Suzuki, 2000, p.147).

A atuação de Artigas em Londrina inscreveu-se num processo de modernização mais amplo, impulsionado pela SAL e pelo prefeito municipal, que contou com a contratação de outros profissionais modernos, como Henrique Mindlin e Roberto Burle Marx. Concomitantemente, foram contratados um urbanista, nada menos que Prestes Maia, para a elaboração do plano do município e a dupla Artigas e Cascladi para o projeto de equipamentos públicos.

O plano urbanístico de Prestes Maia para a cidade de Londrina foi concluído no fim de 1951, convertido na Lei Municipal nº 133/1951. O plano introduziu o zoneamento funcional no município, instituiu a hierarquização viária e “as ideias de ‘unidades residenciais’ (*Neighbourhood-unit*), cidades-jardins, bairros-jardins, cidades lineares e outras concepções urbanísticas referentes a organização e conjuntos” (cf. Londrina. Lei Municipal 133/1951, Art.16).

Artigas projetou seis edifícios públicos para a cidade, dos quais apenas metade foi construída. O mais conhecido deles foi para a Rodoviária Municipal, contratada pela prefeitura em 1948 e concluída em 1952. Também foi empreendida a reforma da Santa Casa Misericordiosa de Londrina, 1952-1955, e, por iniciativa da SAL, construiu-se a Casa da Criança, 1952-1955, primeira creche do município. Os projetos não executados foram o Hospital Municipal, 1948, um Estádio e Conjunto Poliesportivo Municipal, 1953, além de um aeroporto, 1955. Segundo Suzuki (2000, p.241), o principal motivo para a não construção desses projetos foi o superdimensionamento dos mesmos para a época.

Rodoviária de Londrina, 1948-1952 (Artigas e Cascaldi)



Fonte: SUZUKI, 2000, p.168

Edifícios Autolon e Cine Ouro Verde, 1948-1952 (Artigas e Cascaldi)



Fonte: SUZUKI, 2000, p.179

Chama a atenção a participação da SAL nesse processo. Além da importância de sua atuação na viabilização daqueles equipamentos públicos, Artigas desenvolveu projetos para uma série de edifícios privados no mesmo período, em sua maioria para os membros daquela organização. Era o caso do edifício Autolon, 1948-1951, e do Cinema Ouro Verde, 1948-1952. Artigas também projetou a residência de Milton Ribeiro de Menezes¹⁴, 1952 e os vestiários do Londrina Country Clube, 1952. Entre projetos não construídos, estavam o Ginásio de Esportes do Country Clube de Londrina, 1950, Posto Transparaná, 1950, e o Posto de Serviço para a Sociedade Autolon, para abrigar oficinas da Chevrolet, 1951.

Com relação à atuação de Artigas no município, Gabriel avaliou que “mais que um conselheiro técnico, tratava-se de poder dar forma a uma cidade que contava na época 25 a 30 mil habitantes e, 25 anos mais tarde, já estava na casa dos 300 mil” (Gabriel, 2003, p.116).

Rubens Cascaldi foi responsável pela execução das obras. Ainda que Londrina estivesse distanciada do debate sobre arquitetura moderna que se desenrolava nos grandes

¹⁴ Milton Ribeiro de Menezes foi prefeito de Londrina entre 1951 e 1955, dando continuidade às obras contratadas por Hugo Cabral.

centros do país (Suzuki, 2000, p.268), o anseio da SAL por modernização e as relações familiares que levaram à contratação dos arquitetos garantiram à dupla Artigas e Cascaldi certo grau de liberdade criativa para realizarem projetos de arquitetura moderna, ao modo corbusiano.

A atuação de Artigas em Londrina revela o entendimento do plano como desenho da cidade e suporte para realização de edifícios públicos, concepção diferente daquela apresentada por Anhaia Mello em 1954 e alinhada com as ideias apresentadas por Le Corbusier no início do século. Tanto que Artigas não participou da elaboração do projeto de lei do Plano Diretor, a cargo de Prestes Maia. Sua postura diante dos administradores públicos era análoga à do franco-suíço no que se refere à sedução pelo Estado como cliente.

Brasília

O projeto de Artigas para Brasília foi classificado em 5º lugar. Uma das características que chamaram a atenção do júri foi a apresentação de uma proposta de desenvolvimento regional, calcada em amplo diagnóstico. A cidade para 550.000 habitantes foi pensada para o exercício de sua função de centro administrativo do país com toda eficiência. Seus idealizadores queriam evitar a constituição de um pólo industrial, turístico e comercial, como no Rio de Janeiro, que acarretaria um deslocamento em massa (Braga, 2011, p.95). As atividades ligadas ao abastecimento da capital foram redirecionadas para uma rede de vilas e cidades do entorno. Brasília deveria ter um tamanho mínimo e apenas os serviços condizentes aos seus habitantes, predominantemente servidores públicos.

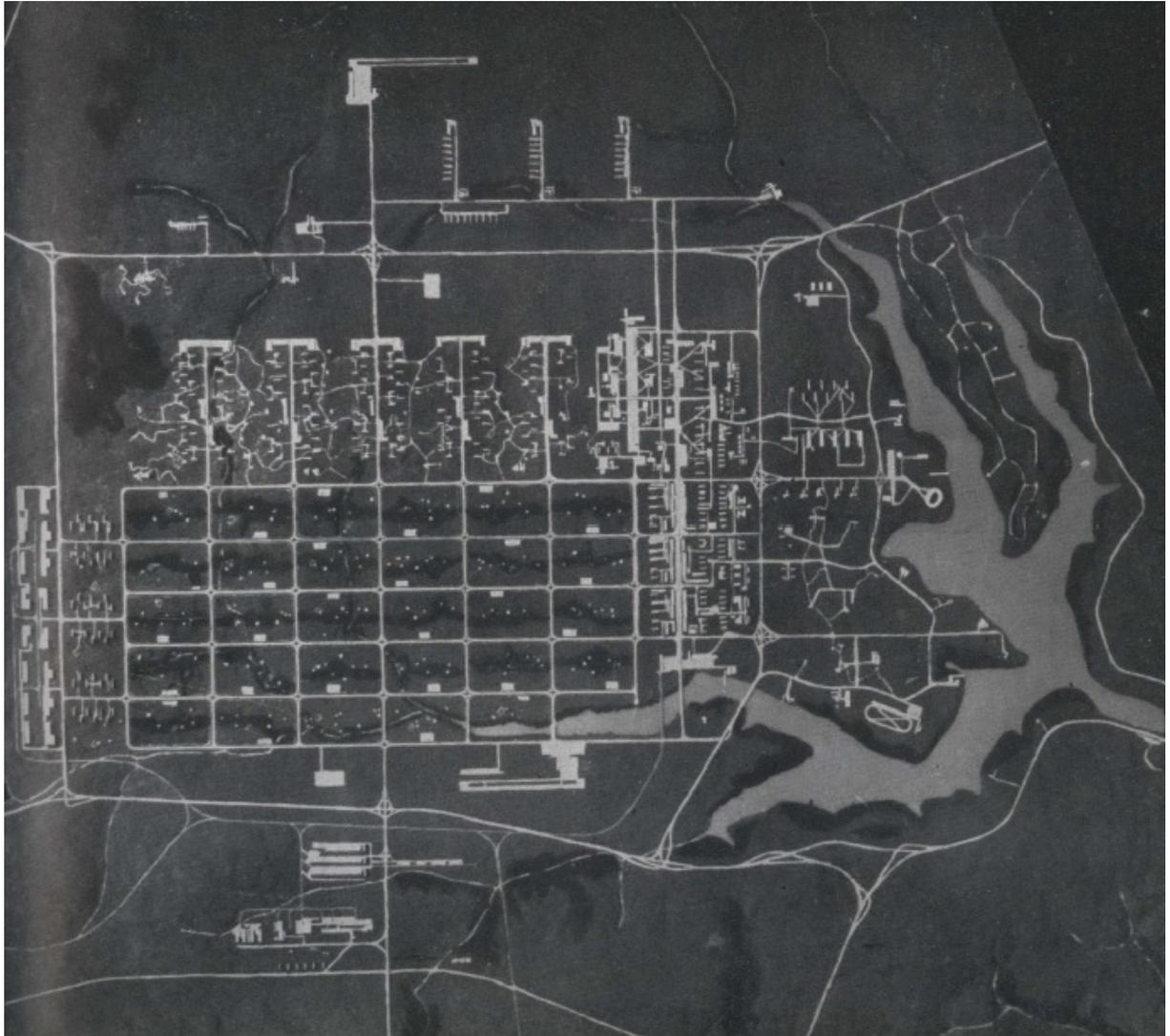
A população distribuía-se em três setores: um destinado aos servidores federais, civis e militares; outro para o que chamavam de população “colateral” - turistas, pessoas em trânsito ou pessoas que mantivessem relações diplomáticas ou de negócios com o governo; e o terceiro pela população “derivada”, os trabalhadores do setor de serviços da cidade (idem, p.97). Foi também proposto um setor para acolher os operários envolvidos na construção da nova capital, embora também constituíssem a “população derivada”, “evitando-se... a criação de uma cidade paralela, dificilmente provisória” (idem, p.98). Esse setor deveria tornar-se a área residencial da zona industrial, considerando-se que os operários da construção seriam redirecionados para essa atividade econômica.

Observa-se em Artigas a adoção dos conceitos defendidos por Anhaia Mello e a sua mesma preocupação com o controle do crescimento urbano decorrente dos processos

migratórios. Como o mestre, que manifestou o seu horror diante da condição dos cortiços e dos bairros periféricos de São Paulo, entendidos como resultado da industrialização não planejada, Artigas procurava evitar o “inchaço” de Brasília, tanto ao redirecionar todas as atividades não-administrativas para fora dela quanto ao apresentar a “solução” para do destino dos candangos. Podemos traçar um paralelo entre a proposta de Anhaia Mello de proibir novas indústrias na capital com a criação de um setor para os operários da construção civil convertidos em operários da indústria.

O plano, que estruturava a totalidade urbana e a articulação entre suas partes, previa uma estrutura em quadrícula junto ao lago Paranoá. Além das Zonas Residenciais, situadas junto à represa, ao norte e a oeste, e da Zona Industrial (no extremo oeste do plano), havia uma Zona Militar no extremo norte e um Centro Geral de Abastecimento no Extremo Sul. O “centro cívico” continha, além dos edifícios administrativos, equipamentos culturais. Havia duas zonas comerciais, uma central e outra periférica. Uma área verde contínua se constituía com a ligação da “Zona Verde 1”, Parque Nacional abrangendo as funções de “Centro Cultural Recreativo Regional e Nacional”, abrigando instituições públicas como a Cidade Universitária, um hospital, equipamentos esportivos, etc.; da “Zona Verde 2”, extensão do Parque Nacional com função recreativa e da da “Zona Verde 3”, outra extensão do parque ocupada por jardins periféricos e delimitada pelas rodovias perimetrais (Braga, 2011, p.100). O sistema de circulação previa a hierarquização funcional das vias, classificadas em vias de “trânsito rápido intermunicipal”, “trânsito rápido urbano”, “tráfego local”, “marcha a pé”, além de “via rural”. A propriedade pública da terra e seu arrendamento para uso particular, recomendação presente na Carta de Atenas e em Anhaia Mello, devia proteger contra a especulação imobiliária.

Brasília: Vista Aérea, 1957 (Artigas e equipe)



Fonte: Módulo, 1957

Brasília: Plano Regional, 1957 (Artigas e equipe)



Fonte: Módulo, 1957

Chamamos a atenção para o caráter anti-metropolitano da proposta, expresso por um plano regional e a correspondente tentativa de equacionar as condições de vida no campo. A baixa densidade populacional - em 20 anos, previa-se uma densidade de 50 hab/ha – era a mesma dos bairros jardins de São Paulo. Essa proposta dava ênfase à busca de “equilíbrio e isolamento geral da cidade na escala regional, o mesmo pretendido na escala nacional” (Medrano & Recamán, 2014, p.112). O fenômeno metropolitano, entretanto, não foi rejeitado unicamente por Artigas, dentre os arquitetos brasileiros:

“Para a vanguarda da arquitetura brasileira, em especial de São Paulo, a hipótese do reforço da dimensão coletiva da cidade não se mostrou oportuna no momento de sua metropolização, nos anos 1950. A ênfase na concentração formal e programática (...) tem sua origem na fragmentação territorial desse processo de expansão urbana desordenada, da qual parece poder ser um comentário crítico” (idem, p.97-98).

Numa perspectiva autocrítica, durante debate realizado no IAB em 1979, Artigas caracterizou-se a si e a seus colegas à época do I CBA de “desurbanistas”, “fazendo o possível

para que as cidades não crescessem” (Artigas, 2004, p.146). Esse desurbanismo, conforme sua explicação, consistia em “tomar uma posição na contradição entre cidade e campo pelo lado unicamente espacial, forçando o homem do campo a viver lá sem atingir a cidade, [o que] significa ir contra um alinhamento já provado como inevitável” (idem, p.149). Segundo seu filho, Artigas não gostava de sua proposta para a nova capital, reconhecendo a superioridade da proposta de Lúcio Costa (*apud* Braga, 2011, p.93). Seu depoimento, assim como seu desgosto com relação à proposta apresentada sinalizam uma falta de clareza por parte do arquiteto a respeito dos princípios que deviam reger o urbanismo.

Considerações sobre a continuidade e divergência entre os pensamentos de Artigas e Anhaia Mello

Entre as visões de Artigas e de Anhaia Mello acerca do urbanismo, podemos considerar que houve continuidades e divergências. Os princípios da Carta de Atenas, especialmente o zoneamento funcional e o planejamento regional foram denominadores comuns entre o pensamento de Artigas e de Anhaia Mello. Cidade-jardim, unidade de vizinhança, superquadras, cinturão verde, defendidos por ambos profissionais, foram consolidados a partir de vertentes tão distintas quanto o *regional planning* norte-americano, o movimento das cidades jardins e o movimento racionalista de Le Corbusier, durante a primeira metade do século XX. Havia diferenças na forma de sua aplicação de acordo com a orientação do profissional. De toda forma, podemos considerar que Anhaia Mello também exerceu influência sobre Artigas.

Acerca da proposta de relação entre profissionais e o Estado, o urbanismo de Anhaia Mello dependia de uma reestruturação administrativa municipal, que o dotasse de grande autonomia, respondendo unicamente ao prefeito, instituído enquanto um “quarto poder” (Feldman, 2005, p.70). Artigas, endossando as proposições do IAB, defendia o comissionamento do arquiteto pelo Estado, retomando assim o empenho corbusiano em convencer o Estado a aderir à arquitetura moderna, ainda que não tivesse plena consciência sobre a referência de Le Corbusier nesse empreendimento.

Em Londrina essa postura é evidente. Nos anos 1950, tratava-se de convencer as autoridades a assumirem a arquitetura moderna e projetar os equipamentos públicos definidos no plano ou não. No caso de Londrina, não constatamos a colaboração de Artigas com Prestes Maia. A maioria de seus projetos antecedeu a aprovação do plano. Assim, é difícil corroborar

a ideia de que Artigas tenha participado do planejamento de Londrina, interpretação de alguns autores. Foi, antes, uma ocasião oportuna para por em prática a arquitetura moderna em edifícios públicos e privados.

Até aqui, discutimos a produção de Artigas e Anhaia Mello no âmbito profissional. Entretanto suas principais divergências ficam mais evidentes quando analisamos suas atuações no âmbito institucional. Desde os anos 1940, a arquitetura moderna em São Paulo viveu um processo de fortalecimento institucional, para o qual muito contribuíram a criação do departamento paulista do IAB, em 1943, e da FAUUSP, em 1948.

Desde 1956, Artigas integrou uma comissão do IAB que pretendia revisar a regulamentação da profissão do arquiteto. O projeto de lei, apresentado ao CREA em 1958, dentre outras questões, reivindicava a criação de um órgão profissional específico de arquitetura e que o urbanismo fosse atribuição exclusiva do arquiteto, divergindo portanto da posição de Anhaia Mello, que defendia o urbanismo como “ciência multidisciplinar”. O urbanista foi designado pela Congregação da EPUSP para elaborar um parecer sobre a proposta. Respondendo enquanto diretor do CPEU, posicionou-se contrariamente ao projeto, declarando que o “conceito de exclusividade está hoje superado, porque o próprio urbanismo já superou a fase arquitetônica, dos arranjos urbanos, e percorre a estrada larga das considerações sociológicas e humanas na ordenação territorial” (Parecer de 11/11/1958).

Fica patente a diferença dos conceitos de “plano” adotados. Para Anhaia Mello, tratava-se de um instrumento cujo produto devia ser um projeto de lei, realizado em consonância com diferentes forças da sociedade civil. Por isso o urbanismo devia ser uma ciência multidisciplinar e não podia ficar a cargo de uma única especialidade. Para Artigas e seus colegas do IAB, o plano devia ser o suporte para a realização de edifícios modernos. Era esse plano, e não aquele defendido por Anhaia Mello, que esses arquitetos reivindicavam na proposta de regulamentação profissional. Contudo, essas diferenças ficaram escondidas sob a adoção de um vocabulário que remetia a conceitos em comum. Trazendo essas diferenças à tona, acreditamos estar contribuindo para a construção de uma outra perspectiva de compreensão do próprio desenvolvimento do campo de arquitetura e urbanismo em São Paulo.

Referências Bibliográficas

- Anhaia Mello, L.I.R. 1954. *O plano regional de São Paulo: uma contribuição da universidade para um código de ocupação lícita do solo*, São Paulo, mimeo.
- _____. 1929. *Problemas de Urbanismo: base para a resolução do problema tecnico*. São Paulo, Instituto de Engenharia.
- Arantes, O. 2000. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo, Edusp.
- Artigas, J.B.V. 2004. *Caminhos da Arquitetura*, São Palo, Cosac Naify.
- Artigas, J.B.V, Cascaldi, C., Cunha, M.W.V., Almeida, P.C. Plano piloto nº 01 - 5º Prêmio. In: *Módulo*, edição especial sobre o concurso de Brasília, julho, 1957.
- Barone, A.C.C. 2000. *Team 10: arquitetura como crítica*. (Mestrado). São Paulo, FAUUSP.
- _____. 2007. *Ibirapuera: parque metropolitano*. (Doutorado). São Paulo, FAUUSP.
- Braga, A.M.C. 2011. *(Im)possíveis Brasília*, São Paulo, Alameda.
- Colquhoun, A. 2004. *Modernidade e tradição clássica*. São Paulo, Cosac Naify.
- Dedecca, P. G. 2012. *Sociabilidade, Crítica e Posição*. (Mestrado). São Paulo, FAUUSP.
- Feldman, S. 2005. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo, 1947-1972*. São Paulo, Edusp.
- Gabriel, M.F. 2003. *Vilanova Artigas: uma poética traduzida*. (Mestrado). São Paulo, EESC.
- Irigoyen, A. 2002. *Wright e Artigas: duas viagens*. São Paulo, Ateliê/Fapesp.
- Le Corbusier. 1977. *Maneira de Pensar o Urbanismo*. Maia, Publicações Europa-América.
- _____. 1993. *Carta de Atenas*. São Paulo, Edusp.
- _____. 2000. *O urbanismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- Pawlowski, C.K. 1993. *Tony Garnier, pionnier de l'urbanisme du XXème siècle*. Lyon, Les Créations du Pelican.
- Timoteo, J.P. 2008. *A cidade de São Paulo em "escala humana": Luiz de Anhaia Mello e sua proposta de recreio ativo e organizado*.(Mestrado). Campinas: IFCH-Unicamp.
- Singer, P. 1985. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Difel.

Siqueira, R.M. 2013. A influência de Anhaia Mello sobre o pensamento urbanístico em São Paulo: uma análise dos Planos Diretores do CPEU. *Urbana* [em linha], 5. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/1138>. [Consult.15/11/2014].

Suzuki, J.H. 2000. *Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi em Londrina: uma contribuição ao estudo da arquitetura moderna no Estado do Paraná*. (Mestrado). São Paulo, FAUUSP.

Documentos consultados

EPUSP. 1940-1969. Pasta Funcional de J.B. Vilanova Artigas.

_____. 1917-1961. Pasta Funcional de Anhaia Mello.

IAB. 1945. *Primeiro Congresso Brasileiro de Arquitetos*. São Paulo, IAB-SP.

_____. 1953. *III Congresso Brasileiro de Arquitetos*. Belo Horizonte, IAB-MG.

_____. 1954. *Anais do IV Congresso Brasileiros de Arquitetos*. São Paulo, IAB-SP